



ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER EM ORLÂNDIA-SP

REVIEW OF THE DISTRIBUTION OF PUBLIC LEISURE SPACES IN ORLÂNDIA-SP

RESUMO

O lazer é uma das dimensões essenciais no contexto da vida urbana, considerando que durante sua prática, pode-se destacar ganhos físicos e psíquicos da esfera individual, além dos cidadãos estabelecem relações interpessoais e com elementos da natureza, fatores que contribuem para a melhoria da vida cotidiana urbana. Contudo, para que o lazer aconteça são necessários espaços específicos que estimulem sua prática. No caso urbano, é necessária existência de espaços efetivamente públicos que garantam o direito ao lazer a todos cidadãos. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo compreender a distribuição dos espaços públicos de lazer na cidade de Orlandia-SP e suas relações com aspectos econômicos e demográficos, verificando se todos os habitantes desta cidade dispõem de espaços para prática do lazer de maneira igualitária. Como procedimentos metodológicos foram adotadas as etapas de revisão conceitual, levantamento de informações em base de dados e por meio de trabalho de campo, seguida de síntese, mapeamento e análise descritiva das informações. Os resultados demonstram que os espaços públicos de lazer não obedecem a um padrão distributivo em relação às maiores e menores concentrações demográficas da cidade, apresentando-se sem um padrão de distribuição regular nesse sentido. Também foi constatado que os espaços de maior qualidade estão majoritariamente localizados em áreas de maior poder aquisitivo, caracterizando assim um espaço urbano que não contempla todos os cidadãos, deixando alguns grupos sociais excluídos do direito ao lazer em seu entorno imediato, sobretudo aqueles que não possuem condições econômicas para se deslocar a espaços públicos de boa qualidade ou optar pelo lazer pago. Conclui-se então que a dinâmica locacional destes espaços se configura como uma realidade única e que não obedece somente a critérios demográficos e econômicos, sendo necessário investigações mais profundas para se compreender os fatores que corroboraram com o planejamento, com a implantação e distribuição dos espaços públicos de lazer da cidade estudada.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços Públicos; Lazer; Orlandia-SP.

ABSTRACT

Leisure is one of the essential dimensions in the context of urban life, considering that during its practice, one can highlight physical and psychological gains in the individual sphere, in addition to city dwellers establishing interpersonal relationships and with elements of nature, factors that contribute to the improvement of urban daily life. However, for leisure to happen, specific spaces are needed to encourage its practice. In the urban case, there needs to be effective public spaces that guarantee the right to leisure for all citizens. With this in mind, the aim of this study was to understand the distribution of public leisure spaces in the city of Orlandia-SP and their relationship with economic and demographic aspects, checking whether all the city's inhabitants have equal access to spaces for practicing leisure. The methodological procedures adopted included a conceptual review, gathering information from databases and fieldwork, followed by synthesis, mapping and descriptive analysis of the information. The results show that public leisure spaces do not follow a distributive pattern in relation to the city's largest and smallest demographic concentrations, presenting themselves without a regular distribution pattern in this sense. It was also found that the highest quality spaces are mostly located in areas of greater purchasing power, thus characterizing an urban space that does not include all city dwellers, leaving some social groups excluded from the right to leisure in their immediate surroundings, especially those who cannot afford to travel to good quality public spaces or opt for paid leisure. It can therefore be concluded that the locational dynamics of these spaces is a unique reality that does not only obey demographic and economic criteria. Further research is needed to understand the factors that have contributed to the implementation and distribution of public leisure spaces in the city studied.

KEYWORDS: Public spaces; Leisure; Orlandia-SP.

INTRODUÇÃO

Ao analisar qualquer ação humana, faz-se necessário considerar a dimensão espacial em conjunto, pois independente da ação, ela há de se realizar em algum espaço, o construindo e reconstruindo, modificando-o, ao mesmo tempo em que é condicionada por tal. Estabelecendo-se então a relação dialética entre homem e natureza, sujeito e meio, forma e conteúdo, sendo que o arranjo físico das coisas impacta nas ações sociais, atuando também como uma condição para que estas se reproduzam.

Nesse sentido, evidencia-se a relevância de espaços públicos no que tange ao lazer urbano, uma vez que podem contribuir positivamente para que as práticas de recreação aconteçam, dinamizando o cotidiano da cidade e a vivência de sua esfera pública. Ao mesmo tempo em que os espaços podem afetar negativamente o lazer público urbano, seja quando estes assumem um caráter segregador, quando representam espaços de insegurança, quando estão ausentes, ou mesmo pela falta de conservação e de programas que incentivem seu uso.

Dito isto, o objetivo principal deste manuscrito foi compreender a distribuição dos espaços públicos de lazer na cidade de Orlandia-SP e suas relações com aspectos econômicos e demográficos. Buscando avaliar se estes espaços atendem a todos os habitantes da mesma forma, garantindo esse direito de maneira igualitária dentro deste contexto urbano.

A compreensão da espacialidade destes locais na cidade de Orlandia-SP – com seus 38.319 habitantes – possibilita apreender suas particularidades no processo de produção dos espaços públicos de lazer e conseqüentemente de seu espaço urbano. Bem como apontar para algumas características gerais a respeito destes espaços no contexto de pequenas cidades, dimensão da realidade ainda pouco estudada no meio acadêmico, no qual prevalecem as investigações a respeito das grandes e médias cidades.

Em relação à metodologia, as etapas da pesquisa constituíram-se em: revisão conceitual; pesquisa documental e in loco; sistematização das informações, organização e mapeamento; e, análise dos resultados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Almejando alcançar os objetivos propostos, os procedimentos metodológicos do trabalho foram divididos em etapas distintas, mas complementares. A primeira consistiu em delimitar o campo teórico correspondente à pesquisa, fundamentando-se a partir da utilização de fontes bibliográficas diversas, tais como livros, artigos científicos, dissertações e teses que abordam e discutem os conceitos e problemáticas referentes às áreas de lazer, espaços públicos e lazer público. Possibilitando assim, definir o conceito central ao nosso objeto de estudo (Espaços Públicos de Lazer), bem como diferenciá-lo dos demais espaços livres presentes em nosso recorte espacial (a cidade de Orlandia).

Em uma segunda etapa, efetuou-se o levantamento de informações sobre o município de Orlandia a partir do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando as informações de: setores censitários; valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com e sem rendimento); malhas territoriais municipais; e população residente em domicílios particulares permanentes.

Posteriormente, foi realizado o levantamento, identificação, classificação e mapeamento de espaços públicos de lazer a partir do mapa oficial de Orlandia disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Orlandia (2018); de trabalho de campo (2023); e de fotografias aéreas referentes ao ano de 2010 do software *GoogleEarth* e disponibilizadas pela *Maxar Technologies* (2023).

Em seguida, realizou-se a classificação destes espaços públicos de lazer em: boa, regular e ruim. Essa classificação, embora subjetiva, levou em consideração a presença e a conservação de aspectos infraestruturais que possibilitassem ou auxiliassem o lazer como: bancos, iluminação, equipamentos de lazer, calçamento e arborização.

Com intuito de ampliar nossa análise e de acordo com os pressupostos de Kursten (1993 *apud* Alvarez, 2004), foram gerados raios de influência (*buffers*) de 300 m para os espaços públicos de lazer, levando em consideração que essa seria a distância média (considerando jovens, adultos e idosos) que um habitante percorreria em 5 minutos de caminhada.

Como critério de avaliação da disposição locacional dos espaços públicos de lazer (EPL) foram considerados: a) distribuição dos EPL na malha urbana da cidade; b) área de abrangência total dos EPL; c) a relação entre demografia e a área de

abrangência dos EPL; d) a relação entre renda e a qualidade dos EPL por bairros e na cidade como um todo.

Para a elaboração final dos mapeamentos, foi utilizado um Sistema de Informação Geográfica (SIG), de modo a facilitar o armazenamento, integração e manipulação de dados. Para tanto, o software utilizado como SIG neste trabalho foi o QGIS 3.22.7, que contempla as funcionalidades supracitadas.

DESENVOLVIMENTO

O lazer, visto como uma prática social, teve suas primeiras conceituações e valorizações na Grécia antiga, onde era destacado o aspecto de desenvolvimento pessoal e o caráter hedônico dessas práticas, pois “para o homem grego, o ócio não significava estar ocioso no sentido de não fazer nada, mas implicava operações de natureza intelectual e espiritual que se traduziam no exercício da contemplação da verdade, do bem e da beleza, de forma não utilitária” (Bacal, 2003, p.43).

De acordo com Gutierrez (2001, p.6) tais ideias ganharam ainda mais notoriedade no período da revolução industrial, onde a divisão entre tempo de trabalho e tempo livre ficou ainda mais nítida, pois a partir deste advento as jornadas trabalhistas aumentaram substancialmente e deixaram ainda mais claro as distinções entre o tempo gasto em atividades obrigatórias e aquele em que a pessoa está livre delas. Para o autor “o lazer como instância distinta e específica da vida social só é percebido com o advento da Revolução Industrial e a separação dos espaços familiares, comunitários e profissionais, ou seja, existe no objeto lazer um aspecto histórico de ‘não-trabalho’” (Gutierrez, 2001, p.6).

É também a partir deste contraste entre os tempos cotidianos do capitalismo industrial que surgem os movimentos que reivindicam direitos ao trabalhador, entre eles a diminuição de tempos de trabalho, ocasionando também o aumento dos tempos disponíveis para atividades não trabalhistas. Sobre isso, esclarece-nos Parker (1978), dizendo que “o lazer nunca existiu para as massas populares enquanto parte separada da vida, até ser conquistado em razão dos períodos de trabalho excessivamente longos. Segundo esse princípio, o lazer poderia ser considerado um produto da sociedade industrial” (Parker, 1978, p.29).

Mesmo com as conquistas do tempo em si, os problemas relacionados aos momentos de lazer ainda não estão completamente solucionados, visto que não basta apenas o período livre/disponível por si só, é preciso que este seja acompanhado de

outros direitos que permitam com que o cidadão tenha momentos despreocupados de suas obrigações, sejam elas familiares, biológicas ou trabalhistas.

Além disso, para que se tenha o proveito do tempo livre, são necessários dois aspectos para que o lazer se desenvolva efetivamente (Marcellino *et al.*, 2006): espaços e programas. Os programas seriam incentivos à população, visando o melhor aproveitamento destes momentos, incluindo uma ampla diversidade de práticas a serem realizadas nos momentos em que estivessem livres de suas obrigações. Já os espaços dizem respeito aos locais que permitem com que o lazer aconteça, principalmente na esfera pública, sendo este o principal foco desta pesquisa. Partindo de uma abordagem dialética da produção do espaço urbano, o lazer há de ser verificado, assim como a paisagem urbana, como “o espaço construído, imobilizado nas construções e o ‘movimento da vida” (Carlos, 1992, p.40), sendo que este movimento compreende a finalidade-função para qual tais formas urbanas existem (Santos, 1985).

Contudo, o que se verifica dentro das cidades neste contexto de pós-modernidade é a cada vez mais latente falta de espaços que incentivem a prática do lazer e da recreação:

O espaço urbano se transformou num espaço para construção, tornando-se a paisagem urbana algo criado pelo ser humano para habitar. Com o crescimento desordenado e desequilibrado das cidades, o aspecto mais vulnerável, entre outros, foi o dos espaços para o lazer. As áreas livres que havia cederam lugar a avenidas, prédios e indústrias, restando pouquíssimo espaço para o lazer. A partir disso, adultos, e principalmente crianças, ficaram prejudicadas: à criança restou seu quarto de brinquedos, a televisão, passeios apenas no final da semana (Muller, 2002, p. 36).

Devido à falta de locais que possibilitem o lazer, a vida cotidiana na cidade é cada vez mais ameaçada, visto que o lazer nos espaços públicos da cidade contribui de maneira relevante para uma vivência mais proveitosa da urbe, pois o indivíduo amplia sua escala de convívio para além da sua casa, para o entorno (Santos, 1998), conhecendo a rua, o bairro, a cidade (Santos, 2015).

Da existência dos espaços livres à significância dos espaços públicos de lazer

Para uma melhor delimitação do nosso objeto de estudo, cabe aqui salientar e explicar as diferenças entre os diversos conceitos de permeiam a discussão das diversas materialidades verificadas dentro do espaço urbano como um todo.

O espaço urbano, compreendido aqui como materialização do processo de urbanização, há de ser evidenciado enquanto espaço fragmentado e articulado, onde a sociedade age perante e conforme ele, sendo, portanto, condicionante e reflexo da sociedade (Carlos, 2011; Corrêa, 2004). Contudo, cabe destacar que tal processo de estruturação da sociedade e da materialidade urbana não se dão de maneira aleatória, sendo regida por diferentes agentes atuantes que produzem esse espaço conforme seus interesses.

Além disso, soma-se a tal processo o fator da historicidade imbricada no espaço urbano, onde formas materiais do presente e do passado se verificam concomitantemente na mesma paisagem urbana, mesmo que suas funções tenham se modificado ao decorrer dos anos (Santos, 1985).

Essa materialidade da urbanização chamada também de cidade, apresenta diversas formas urbanas, que por sua vez são passíveis de uma divisão entre aqueles espaços edificados destinados ao trabalho ou à habitação e aqueles espaços livres de edificação, ou seja, as ruas, os parques, as praças, entre outros (Macedo, 1995).

Ao tratar dos espaços livres, Cavalheiro e Nucci (1998) alertam para o fato de que existem diversas conceituações de áreas com características similares e que por vezes são consideradas sinônimas, dentre elas: os espaços livres de construção, as áreas verdes, as áreas de circulação e as áreas de lazer.

Em vista disso, distingue-se tais espaços, sendo os Espaços Livres de Edificação o conjunto geral dos espaços livres, qualquer área ao ar livre com potencial para exercer funções ecológicas, estéticas e de lazer (Cavalheiro e Del Picchia, 1992). De modo que sua especificidade funcional lhe atribuirá uma classificação, podendo ser: a) Áreas verdes: um tipo especial de espaços livres onde o elemento fundamental de composição é a vegetação, com solo livre de edificações ou coberturas impermeabilizantes em pelo menos 70% da área (Bucher e Nucci, 2006; Bargas e Matias, 2011); b) Áreas de circulação: Espaços destinados exclusivamente à circulação de veículos e pedestres (Macedo, 1995); ou c) Áreas de lazer: Espaço livre de edificação destinado prioritariamente ao lazer, podendo ser um lazer ativo, quando há a presença de jogos,

esportes, brincadeiras, entre outros, ou contemplativo, quando se ganha destaque o valor cênico/paisagístico para a finalidade de descanso, passeio ou contemplação (Macedo, 1995 e 1996), sobre essas áreas, Azevedo (2013) aponta que

A principal atribuição dos espaços livres é a opção de lazer e recreação que essas áreas oferecem, principalmente em bairros populares onde os espaços públicos tornam-se bastante utilizados devido à impossibilidade de usufruir o lazer pago, presente nos clubes privados, cinemas, parques de diversão, shoppings centers e outros (Robba; Macedo, 2010 apud Azevedo, 2013, p. 66).

Contudo, se faz necessário diferenciar a esfera pública da esfera privativa e/ou segregadora destes espaços livres, sobretudo das áreas de lazer. Há de se verificar se estamos diante de espaços realmente públicos ou se apenas estamos em face de espaços coletivos de uso comum, controlados por segmentos sociais que privatizam o espaço comum a todos (Gomes, 2002). O espaço efetivamente público

Se opte assim ao conceito de espaço coletivo, fundado sobre a ideia de uma coletividade estruturada por uma identidade, ela mesma originária de uma suposta afinidade repartida de maneira uniforme sobre o espaço. [...] Do ponto de vista simbólico, poderíamos dizer que esse espaço é composto pelo espetáculo da tensão entre a diferença e a possibilidade de coabitação. Ele é assim a condição fundamental de expressão da individualidade dentro de um universo forçosamente plural (Gomes, 2002, p.155-156).

Sobre isso, Serpa (2007) também destaca a importância da acessibilidade para firmar a dimensão pública aos espaços livres na cidade contemporânea, essa, por sua vez “não é somente física, mas também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o design físico de ruas, praças, parques, largos, shoppings e prédios públicos” (Serpa, 2007, p.16).

Considera-se, então, o espaço público como aquele onde “não haja obstáculos, senão normas gerais e lógicas para o acesso e participação” (GOMES, 2012). Sendo assim, tais espaços representam uma importante função no espaço urbano, estando sua relevância atrelada tanto à qualidade de suas formas, quanto na significância de seus usos, ou como destaca Loboda (2016), dos seus múltiplos usos. “São esses espaços que, reconhecendo o valor criativo das diversidades e sua capacidade de tornar a vida mais intensa, encorajam as diferenças a empenhar-se num diálogo significativo” (Baumam, 2009, p. 71).

Além de tudo, ressalta-se a possibilidade de criação de identidades pautadas na cidadania que permeiam estes espaços, é neste âmbito que o papel do espaço público é fundamental, pois pode possibilitar ao cidadão uma vivência não só da sua vida

privativa, mas estender seus domínios para escalas mais amplas. Dessa forma, pode conhecer melhor a realidade em que está inserido e criar instrumentos para transformá-la (Sobarzo, 2006).

Ao aplicar esse panorama sobre os espaços livres e, mais especificamente, sobre as áreas de lazer, pode-se chegar ao conceito de Espaços Públicos de Lazer, definido por Azevedo (2013) como “uma área geralmente mantida pelo Poder Público, cuja infraestrutura e elementos paisagísticos favoreçam a prática de atividades de lazer e recreação” (Azevedo, 2013, p. 64).

Por conseguinte, pode-se definir os Espaços Públicos de Lazer (EPL) como sendo os espaços livres urbanos destinados prioritariamente ao lazer e à recreação, acessíveis física e simbolicamente a toda população, com possibilidades de copresença e coabitação de indivíduos, de modo a permitir um melhor aproveitamento da vida urbana e até mesmo a modificação da realidade.

A distribuição espacial dos espaços públicos de lazer nas cidades brasileiras

Os espaços públicos de lazer estão geralmente distribuídos de maneira desigual nas cidades brasileiras. Estando aqueles implantados pelos poderes públicos localizados majoritariamente nas áreas centrais, conforme ressaltam Gomes e Queiroz (2017), Lucas (2007), Santos (2015), Sartório (2015), Loboda (2016) em seus trabalhos.

Tal realidade é mais verificada em cidades grandes e médias, onde a desigualdade socioespacial é mais latente, convergindo para uma alta diferenciação de espaços de lazer público nas diferentes áreas da cidade. Entre muitos estudos, Lucas (2007, p.96), ao tratar da espacialidade das áreas de lazer em uma cidade média aponta que

A distribuição dos equipamentos existentes se concentra nas áreas mais centrais da cidade, contrastando com os setores que apresentam um grau mais elevado de exclusão, já que esses setores compreendem as áreas de maior carência social e, por sua vez, são aquelas que mais necessitam de equipamentos públicos de lazer. É possível identificar que as áreas mais excluídas do ponto de vista socioespacial e econômico, coincidem com aquelas com baixa oferta de equipamentos de lazer (Lucas, 2007, p.96).

A distribuição dos equipamentos ao longo da malha urbana, no entanto, não se deve ao acaso, estando intimamente relacionada à processos sociais mais amplos, que

podem apontar para um modelo segregacionista, além do fato de que o espaço urbano é produzido conforme os interesses de determinados agentes sociais (Corrêa, 2004). Para superar tal realidade, é necessário ampliar a disponibilidade dos espaços públicos de lazer, uma vez que “a grande maioria das nossas cidades não conta com um número suficiente de equipamentos específicos de lazer para o atendimento da população” (Marcellino, 2008, p.140).

Para que seja socialmente relevante, tal implementação de espaços não deve acontecer de maneira aleatória. Estes espaços devem ser instalados geograficamente no lugar que melhor convém, atendendo a dois fatores principais: a concentração populacional e o seu grau de deslocamento (Dumazedier, 2008). Em suma, estes espaços devem se localizar principalmente nos locais de maior densidade demográfica e próximos às residências, visto que, de acordo com Kursten (1993 apud Alvarez, 2004) todos os habitantes devem ter acesso à espaços livres em, no máximo, 5 minutos de caminhada.

Mesmo com diversos estudos sobre as áreas de lazer, são poucas as pesquisas que tratam a respeito da distribuição espacial delas, sobretudo em pequenas cidades. Evidenciando uma lacuna teórica-acadêmica e social, visto que esses espaços de lazer público são extremamente importantes para o bem-estar urbano. Sobre isso, esclarece-nos Muller (2002), ressaltando que

O espaço de lazer tem uma importância social, por ser um espaço de encontro e de convívio. Através desse convívio, pode acontecer a tomada de consciência, o despertar da pessoa para descobrir que os espaços urbanos equipados e conservados para o lazer são indispensáveis para uma vida melhor para todos e que se constituem em um direito dos brasileiros (MULLER, 2002, p.25-26).

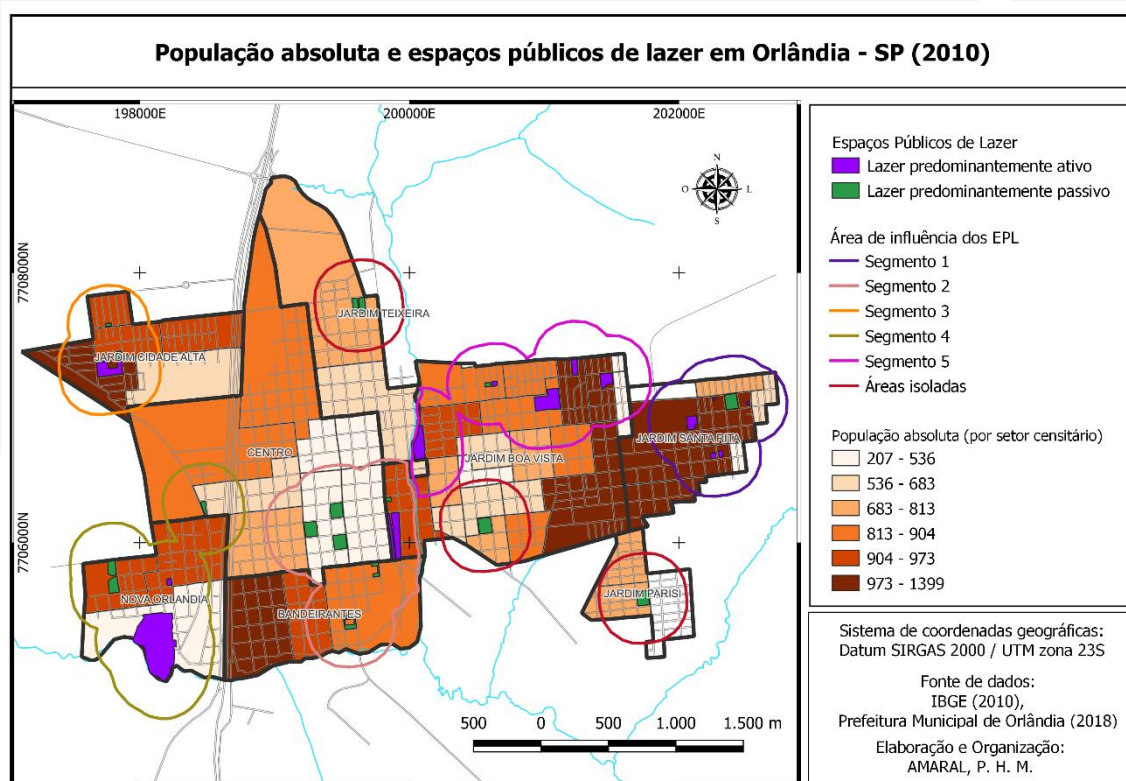
Devida a importância destes espaços, reafirma-se a ideia dos espaços públicos enquanto verdadeiro lócus da vida social urbana, além de ser um possibilitador da mudança social em busca de uma cidadania plena, “em outros termos, só pode haver verdadeiramente vida urbana, se tiver um lugar de expressão da variedade – se a cidade voltar a falar através de seus espaços públicos (Gomes, 2004, p. 65)”.

O caso dos espaços públicos de lazer em Orlandia-SP

Os resultados da pesquisa revelam aspectos da distribuição dos espaços públicos de lazer (EPL) na cidade de Orlandia-SP, sua relação com a renda do entorno e as desigualdades socioespaciais encontradas no contexto urbano, uma vez que “a desigualdade espacial é um produto da desigualdade social” (Carlos, 2005, p.23).

Na cidade de Orlandia foram identificados 30 espaços públicos de lazer. Destes, 16 foram classificados em lazer passivo, sendo aqueles espaços onde há a prevalência de práticas contemplativas, sociais e de descanso. Os demais 14 foram classificados como espaços público de lazer ativo, sendo aqueles onde se verificam práticas esportivas, brincadeiras, jogos, academias ao ar livre e outros exercícios físicos voltados ao lazer (Figura 1).

Figura 1 - Área de abrangência dos EPL e população absoluta em Orlandia-SP (2010)



Fonte: IBGE (2010) e Prefeitura Municipal de Orlandia (2018); Organização: AMARAL, P. H. M. (2023)

Num primeiro momento, observa-se uma maior quantidade de EPL na área central, no extremo leste e na porção nordeste, enquanto que pode se verificar um déficit considerável na área leste e centro-norte. Adicionando o fator populacional em

nossa análise, pode-se verificar algumas áreas com grandes contingentes populacionais que não são abrangidas por equipamentos de lazer, como: a área leste; a área centro-norte; e a área sul-sudoeste. Enquanto em outras áreas se verifica exatamente o contrário, ou seja, uma grande oferta de EPL e uma baixa população absoluta, como é o caso das áreas norte e centro da cidade.

A partir disso podemos inferir que os espaços de lazer não estão distribuídos da melhor forma pela malha urbana da cidade, revelando discontinuidades e concentrações que vão na contramão de um espaço urbano equitativo, fato esperado tendo em vista que “o processo desenfreado da urbanização não teve um desenvolvimento da infraestrutura compatível ao aumento do contingente populacional, resultando em dimensões espaciais urbanas desorganizadas” (Marcellino, 2006, p. 25).

Também se identifica uma distribuição majoritariamente ordenada de EPL ativos e passivos, sem a predominância de apenas um tipo de lazer nas diferentes áreas, bairros e na cidade como um todo. Excetuando-se: a área localizada a nordeste da malha urbana (segmento 5), influenciada quase que totalmente por EPL de lazer ativo; e a área central (segmento 2), que é majoritariamente abrangida por espaços públicos de lazer passivo, praças em sua maioria, devido à alta relevância desses espaços para descanso, conversa e deslocamento em meio a uma área de intenso comércio da cidade (Amaral, 2023).

Ao analisar a cidade como um todo, a partir dos raios de influência dos EPL distribuídos pela malha urbana, constata-se que os espaços públicos de lazer abrangem 54% da malha urbana. Com este percentual variando bastante quando se contrastam os bairros da cidade, indo de índices alarmantes como os 33% de cobertura no Bairro Teixeira e chegando até valores animadores como os 84% no Bairro Nova Orândia (Tabela 1).

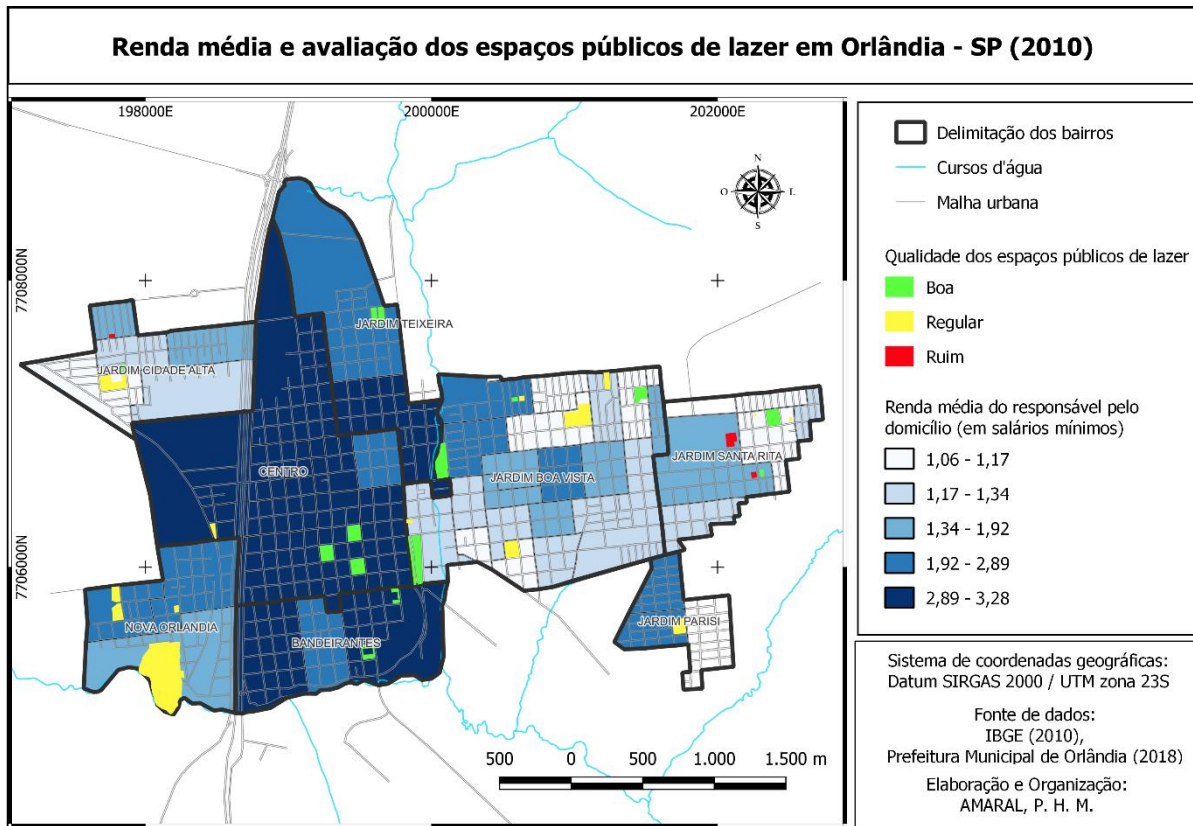
Tabela 1 – Área de abrangência dos Espaços Públicos de Lazer em Orlandia-SP (2010)

	Área (km ²)	Área de influência dos espaços públicos de lazer na malha urbana	
		Absoluta (km ²)	Relativa (%)
Orlândia	9.489	5.160	54%
Bairros			
Centro	2.469	991	40%
Bandeirantes	963	446	46%
Nova Orlandia	961	809	84%
Jardim Cidade Alta	870	439	50%
Teixeira	1.067	350	33%
Jardim Boa Vista	2.309	1.268	55%
Jardim Santa Rita	849	585	69%
Jardim Parisi	393	273	69%

Fonte: IBGE (2010)

Considerando apenas os aspectos de localização, não é possível identificar um padrão definido para a distribuição dos EPL na cidade de Orlandia. No entanto, ao realizar uma análise qualitativa destes espaços pode-se perceber certas tendências quando se considera a qualidade destes espaços com a renda de seus entornos (Figura 2).

Figura 2 - Qualidade dos EPL e renda média em Orllândia-SP (2010)



Fonte: IBGE (2010) e Prefeitura Municipal de Orllândia (2018); Organização: AMARAL, P. H. M. (2023)

Ao observar a espacialização dos espaços de lazer classificados com boa qualidade, é notório observar que estes estão localizados majoritariamente nas áreas de maior concentração de renda. Como exemplo, pode se destacar o Bairro Centro, o Bairro Teixeira e o Bairro Bandeirantes, que juntos possuem 10 EPL, sendo que destes apenas 2 são classificados como regulares (20%) e os 8 restantes são avaliados como bons espaços de lazer (80%).

Em contraste, verifica-se que os espaços de lazer classificados como ruins, ou seja, aqueles malconservados, abandonados pelo poder público e sem usos significativos, apenas se localizam nas regiões periféricas da cidade, onde a renda é mais baixa. A exemplo, verifica-se a atual situação dos bairros Jardim Santa Rita e Jardim Cidade Alta, que juntos somam 9 EPL, sendo 3 deles classificados como ruins (33%), 3 regulares (33%) e 3 de boa qualidade (33%).

É notório também a falta de equipamentos de lazer na porção centro-sul do Jardim Boa Vista, onde a renda é relativamente baixa. Soma-se a isso o fator

populacional verificado na Figura 1, evidenciando ainda mais a precarização no acesso ao lazer de uma grande faixa da população de classe baixa orlandina, retratando e reforçando as desigualdades do espaço urbano capitalista pois “enquanto o lazer estiver entregue à lógica do mercado privado, ele contribuirá para reforçar as desigualdades sociais” (Padilha, 2002, p. 113).

Em contraponto podemos observar também uma grande ausência de EPL na porção centro-norte e norte da cidade, neste caso em áreas com uma população com alto rendimento médio mensal. Consta-se, no entanto, que diferentemente do caso anterior, dessa vez não se verifica nestes grupos a necessidade de acesso ao lazer público, uma vez que eles dispõem de condições financeiras para outros tipos de lazer, atrelados ao consumo e, portanto, não acessíveis a todos.

Verifica-se, então, uma segregação destes grupos, que se excluem propositalmente do lazer público da cidade, tendo em vista as oportunidades de recrear-se em clubes privados, em cidades próximas e até mesmo em atividades turística. Atividades que em sua maioria não são necessariamente públicas, mas sim coletivas, ou seja, realizadas em grupos específicos com normas ocultas e acessibilidade simbólica – e física em alguns casos – que não permitem o pleno acesso a acesso qualquer indivíduo.

Os espaços de lazer classificados como regulares também seguem essa mesma tendência, estando localizados grande parte das vezes nos locais de renda média, ora variando para entorno com rendas maiores, ora variando para entornos com rendas menores.

Por fim, conclui-se que o acesso aos espaços públicos de lazer de boa qualidade não estão presentes nos locais se fazem necessários: ao alcance da população mais carente de serviços públicos. Sobre isso, ressalta-se que a realidade de que “cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território” (Santos, 1998, p.107). Para as classes mais baixas, restam apenas os espaços mais deteriorados, que ainda assim podem apresentar um uso significativo, visto que em muitos casos são a única alternativa de recreação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica locacional dos espaços públicos de lazer na cidade de Orlândia apresenta-se de maneira singular em relação a outros contextos urbanos. Nesse município, ao contrário daquilo constatado por Lucas (2007), Santos (2015) e Sartório (2018) sobre as metrópoles e as cidades médias, verifica-se uma distribuição mais democrática destes espaços ao longo de toda a malha urbana, não privilegiando nenhum bairro ou segmento social exacerbadamente na oferta de espaços públicos de lazer.

Contudo, isso não se traduz em um espaço urbano equitativo, visto que ao se considerar o aspecto econômico, as áreas de maior renda da cidade são também aquelas com os espaços públicos de lazer mais bem conservados e equipados.

De acordo com aquilo constatado a partir das investigações propostas e através da análise destes resultados, chamamos a atenção para as singularidades verificadas nas pequenas cidades. Estas devem ser analisadas em sua própria dimensão, considerando os diferentes papéis e as diferentes lógicas que permeiam a dinâmica destes espaços urbanos.

As conclusões teóricas e as políticas públicas a respeito de grandes centros urbanos não podem simplesmente serem “importadas” para uma pequena cidade, é preciso considerar a realidade local e suas especificidades, ao mesmo tempo em que se fazem necessários mais estudos sobre estas pequenas localidades, visto que também suas particularidades não são as mesmas daquelas pertencentes às cidades grandes e médias, hegemônicas nas investigações acadêmicas sobre os espaços públicos de lazer.

Nesse sentido, entendemos que a presente pesquisa se baseou apenas em variáveis econômicas e demográficas e, portanto, não são suficientes para a compreensão total do lazer público da cidade de Orlândia. Sugere-se o desenvolvimento de mais estudos voltados para essa dimensão da urbe, levando em consideração a opinião popular, as ações do poder público, os programas incentivadores do lazer e do esporte, o contraste com o lazer baseado no consumo, entre outras.

No entanto, trazemos uma reflexão que visa somar na perspectiva de elucidar a produção do espaço urbano e expor suas contradições, na busca por um espaço urbano mais democrático que assegure este direito aos seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, I. A. **Qualidade do espaço verde urbano: uma proposta de índice de avaliação**. 2004. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

AMARAL, Pedro Henrique Marani. **A praça e a cidade: um estudo sobre as praças centrais em Orlandia - SP**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/36948>. Acesso em: 11 dez. 2023.

AZEVEDO, R. J. C. **O espaço público nas cidades médias: análise da dinâmica socioespacial de praças e parques em Limeira-SP**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

BACAL, S. **Lazer e o Universo dos Possíveis**. São Paulo: Aleph, 2003

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BARGOS, D. C.; MATIAS, L. F. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **REVSBAU**, Piracicaba - SP, v. 6, n. 3, p.172-188, set. 2011.

BUCCHERI FILHO, A. T.; NUCCI, J. C. Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Alto da XV, Curitiba/PR. **Revista do Departamento de Geografia**, S.i., n. 18, p.48-59, 2006.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo. Ática, 2004.

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P.C.D. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 4, 1992, Vitória - ES. **Anais...** Vitória, 1992, p. 29-38.

CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. C. Espaços livres e qualidade de vida urbana. **Paisagem Ambiente Ensaios**, n.11, p. 279-288, 1998.

GOMES, M. F.; QUEIROZ, D. R. E. Estudo dos espaços livres e áreas de lazer na cidade de Araçatuba-SP. **Caminhos da Geografia: Revista online**, v. 18, n. 61, p. 165-179, 2017.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão. In: Cidades, **Revista Científica**, Presidente Prudente, v. 2, n. 4, p. 249-265, 2004.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. Tradução de Sílvia Mazza e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GUTIERREZ, G. L. **Lazer e prazer: questões metodológica e alternativas políticas**. Campinas: Autores Associados, 2001.

LUCAS, F. M.. **A prática do lazer em áreas urbanas sujeitas à exclusão social em Presidente Prudente-SP.** 2007.

LOBODA, C. R. Espaço público e periferia na cidade contemporânea: entre as necessidades e as possibilidades. **Revista Ra´e Ga** Curitiba, v. 37, pág. 37 - 66. Atrás./2016: DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v37i0.40382>: Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/40382>. Acesso em: 22 nov. 2022.

MACEDO, S. S. Espaços livres. **Paisagem e ambiente**, n. 7, p. 15-56, 1995.

_____. Paisagem Urbana- os espaços livres como elementos de desenho urbano. **Caderno Paisagem**, v.1, n.1, p.7-20,1996.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer:** uma introdução. 4ª edição. - Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 2006.

_____. **Lazer e sociedade:** múltiplas relações. 3. ed. Campinas: Alínea, 2008.

MULLER, A. Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma ideia. In: MULLER, A; DACOSTA, L. P. (Org.). **Lazer e desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 9-40.

PADILHA, V. Se o trabalho é doença, o lazer é remédio? In: MÜLLER, A; DACOSTA, L. P. (Orgs.). **Lazer e Trabalho: um único ou múltiplos olhares?** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 43-53.

PARKER, S. **A sociologia do lazer.** São Paulo: Zahar, 1978.

SANTOS, L. P. **Os espaços públicos de lazer da cidade de Teresina (PI).** 2015.

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1998.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2007.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação a apropriação. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19, p. 93-111, 2006.